

STJ00105716

ALEXIS COUTO DE BRITO

EXECUÇÃO PENAL

4ª edição

2ª tiragem

2018

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-2762-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7957

Brito, Alexs Couto de

Execução penal / Alexs Couto de Brito. – 4. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2018.

1. Execução penal – Brasil 2. Direito penal I. Título.


Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

17-1524

CDU 343.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Execução penal : Brasil 343.8(81)

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos
Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi
 Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolan

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Fernando Penteado
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Markelangelo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT Carolina Bastos
 Elaine Cristina da Silva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Bártira
Data de fechamento da edição: 3-1-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604516 CAE 624031

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio à edição atual</i>	23
<i>Prefácio à edição original</i>	31
<i>Nota do autor à 4ª edição</i>	33
1. Natureza, objeto e objetivos da execução penal	35
1.1. Introdução	35
1.2. Natureza jurídica	38
1.2.1. Jurisdicionalização da execução da pena	40
1.2.2. Ação pública	42
1.2.3. Jurisdição especial	43
1.3. Objeto da execução	44
1.4. Objetivos	46
1.4.1. Fins da pena	46
1.4.2. Fins da execução penal	49
1.5. Jurisprudência selecionada	59
2. Princípios da execução penal	63
2.1. Legalidade	63
2.2. Humanidade	65
2.3. Isonomia	66
2.4. Jurisdicionalidade	67

2.5.	Individualização da pena	67
2.6.	Intranscendência ou personalidade	69
2.7.	Devido processo legal	70
2.8.	Estado de inocência	71
2.9.	Contraditório e ampla defesa	72
2.10.	Jurisprudência selecionada	74
3.	Evolução histórica	77
4.	Aplicação da Lei de Execução Penal	83
4.1.	Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	83
4.2.	Fontes positivas da execução penal	85
4.2.1.	Constituição Federal	85
4.2.2.	Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984)	86
4.2.3.	Código de Processo Penal	86
4.2.4.	Código Penal	87
4.2.5.	Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos	87
4.2.6.	Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/1995)	88
4.3.	Jurisprudência selecionada	88
5.	Sujeitos passivos da Lei de Execução Penal	89
5.1.	Preso provisório	89
5.2.	Condenado	90
5.2.1.	Classificação do condenado	90
5.2.2.	Exame criminológico	92
5.2.2.1.	Origem histórica do exame e análise crítica	95
5.2.2.2.	A falta de exigência legal do exame para progressão	98
5.2.3.	Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”)	100

5.2.3.1. Identificação do perfil genético do condenado	109
5.2.4. Comissões de classificação	113
5.2.4.1. Comissão Técnica de Classificação (CTC)	113
5.2.4.2. Comissão junto ao juízo da execução	114
5.2.5. Beneficiário de sursis	114
5.2.6. Libertado condicionalmente	114
5.2.7. Crime político	114
5.2.8. Crime militar	115
5.2.9. Crime eleitoral	116
5.2.10. Crime de competência federal	116
5.3. Submetido à medida de segurança	118
5.4. Prisão civil	118
5.5. Prisão administrativa	119
5.6. Egresso	119
5.7. Estrangeiro	120
5.7.1. Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países	121
5.8. Indígena	123
5.9. Jurisprudência selecionada	123
6. Assistência ao preso	129
6.1. Assistência material	129
6.2. Assistência à saúde	132
6.3. Assistência jurídica	135
6.4. Assistência educacional	136
6.5. Assistência social	139
6.6. Assistência religiosa	142
6.7. Assistência ao egresso	143
6.8. Auxílio-reclusão	145

6.9.	Jurisprudência selecionada	147
7.	Trabalho	151
7.1.	Finalidades	151
7.2.	Regras	154
7.3.	Remuneração e outros direitos.	155
7.4.	Remição.	159
7.5.	Trabalho interno	159
7.6.	Trabalho externo	160
7.7.	Casos excepcionais	162
7.7.1.	Lei das Contravenções Penais.	162
7.7.2.	Crime político	163
7.7.3.	Submetido à medida de segurança	163
7.8.	Jurisprudência selecionada	164
8.	Deveres	167
9.	Direitos	171
9.1.	Direitos constitucionais fundamentais.	174
9.1.1.	Quanto à pena	175
9.1.2.	Quanto à prisão	176
9.1.3.	Quanto ao preso condenado.	177
9.2.	Direitos das Constituições estaduais	179
9.3.	Direitos da Lei de Execução Penal.	187
9.3.1.	Proteção da imagem do condenado	189
9.3.2.	Lazer	189
9.3.3.	Visitas.	189
9.3.3.1.	Visita virtual	192
9.3.3.2.	Visitas íntimas.	193
9.3.4.	Entrevista pessoal e reservada com advogado. .	197
9.3.5.	Entrevista com o diretor.	199
9.4.	Restrição dos direitos.	200

9.5.	Direitos retirados	200
9.6.	Direitos suspensos	201
9.6.1.	Direitos políticos	201
9.6.2.	Direito de dirigir	205
9.7.	Direito de fugir?	206
9.8.	Transporte	208
9.9.	Sigilo de correspondência	208
9.10.	Jurisprudência selecionada	212
10.	Disciplina	215
10.1.	Tipicidade e anterioridade da infração	216
10.2.	Competência disciplinar	219
10.3.	Faltas graves	220
10.4.	Faltas médias e leves	224
10.5.	Sanções	226
10.6.	Uso de algemas	229
10.7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	233
10.7.1.	RDD e política criminal	241
10.8.	Recompensas	244
10.9.	Procedimento e aplicação das sanções	245
10.10.	Prescrição da sanção administrativa	247
10.11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa	248
10.12.	Jurisprudência selecionada	249
11.	Órgãos do Sistema de Execução Penal	255
11.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)	256
11.2.	Departamentos penitenciários	257
11.2.1.	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	257
11.2.2.	Departamentos Penitenciários Locais	259

11.3. Conselho Penitenciário	260
11.4. Juízo da execução	262
11.4.1. Lei posterior	263
11.4.2. Extinção da punibilidade	264
11.4.3. Soma ou unificação das penas	265
11.4.4. Progressão ou regressão de regime	267
11.4.5. Detração e remição	268
11.4.6. Suspensão condicional da pena (sursis)	269
11.4.7. Livramento condicional	270
11.4.8. Saídas temporárias	270
11.4.9. Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos	270
11.4.10. Medida de segurança	271
11.4.11. Remoção para outra unidade da Federação	272
11.4.12. Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais	273
11.4.13. Formação do Conselho da Comunidade	273
11.4.14. Atestado de pena a cumprir	273
11.4.15. Incidentes da execução	274
11.4.16. Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança	274
11.5. Ministério Público	275
11.6. Patronato	277
11.7. Conselho da Comunidade	279
11.8. Defensoria Pública	281
12. Estabelecimentos penais	285
12.1. Classificação e separação	285
12.2. Instalações especiais	288
12.3. Local	290
12.4. Lotação. Vagas	292

12.5. Estabelecimentos em espécie	294
12.5.1. Penitenciária (regime fechado)	294
12.5.2. Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	296
12.5.3. Penitenciárias federais de segurança máxima	297
12.5.4. Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru)	299
12.5.5. Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto)	299
12.5.6. Casa do Albergado (regime aberto)	301
12.5.7. Centro de Observação Criminológica	303
12.5.8. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	304
12.5.9. Ambulatório	304
12.5.10. Cadeia pública	305
12.5.11. Centro de Detenção Provisória	305
12.6. A iniciativa privada	306
12.7. Jurisprudência selecionada	309
13. Execução das penas privativas de liberdade	311
13.1. Execução provisória	312
13.2. Pena privativa de liberdade	316
13.3. Guia de recolhimento (carta de guia)	318
13.4. Liquidação das penas	321
13.5. Prisão especial	322
13.6. Regimes	324
13.6.1. Regime fechado	329
13.6.2. Regime semiaberto	329
13.6.3. Regime aberto	329
13.6.4. Regime aberto domiciliar	331
13.6.5. Progressão	333
13.6.6. Regressão	342

13.7. Remição	346
13.7.1. A remição pelo trabalho	347
13.7.2. A remição pelo estudo	349
13.7.3. Procedimento de declaração da remição	351
13.7.4. Perda dos dias remidos	352
13.8. Detração	354
13.9. Autorizações de saída	356
13.9.1. Permissão de saída	356
13.9.2. Saída temporária	358
13.9.3. Perda do direito à saída	363
13.9.4. Recuperação do direito à saída	364
13.10. Alvará de soltura	364
13.11. Jurisprudência selecionada	365
14. Execução das penas restritivas de direitos	377
14.1. Código Penal	379
14.1.1. Prestação pecuniária	380
14.1.2. Perda de bens e valores	382
14.1.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas	383
14.1.4. Interdição temporária de direitos	384
14.1.5. Limitação de fim de semana	387
14.2. Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 4.898/1965)	389
14.3. Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990)	390
14.4. Código de Trânsito (Lei n. 9.503/1997)	390
14.4.1. Suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor	391
14.4.2. Multa reparatória	392
14.5. Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998)	394
14.5.1. Prestação pecuniária	395

14.5.2. Prestação de serviços à comunidade	395
14.5.3. Interdição temporária de direito	395
14.5.4. Suspensão de atividades	396
14.5.5. Recolhimento domiciliar	396
14.5.6. Pessoa jurídica	397
14.6. Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	397
14.7. Lei de Falência (Lei n. 11.101/2005)	399
14.8. Aplicação e execução	399
14.9. Suspensão da execução das penas restritivas	403
14.10. Prescrição	403
14.11. Jurisprudência selecionada	403
15. Execução da pena de multa	405
15.1. Valor	406
15.2. Pagamento	407
15.3. Não pagamento	409
15.4. Suspensão	410
15.5. Execução	410
15.6. Prescrição	411
15.7. Transcendência da pena de multa	412
15.8. Jurisprudência selecionada	412
16. Medida de segurança	415
16.1. Aplicação	417
16.2. Espécies	418
16.3. Prazo	420
16.4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi- -imputável	420
16.5. Execução	421
16.6. Cessação da periculosidade	422
16.7. Desinternação ou liberação condicional	423

16.8. Extinção da medida de segurança	424
16.9. Tratamento médico da Lei n. 11.343/2006	424
16.10. Jurisprudência selecionada	425
17. Suspensão condicional da execução da pena (<i>sursis</i>)	429
17.1. Período de suspensão	430
17.2. Requisitos	431
17.3. Concessão	432
17.4. Crimes hediondos	433
17.5. Fixação das condições	434
17.6. Condições em espécie	435
17.6.1. <i>Sursis</i> simples	435
17.6.2. <i>Sursis</i> especial	435
17.6.3. <i>Sursis</i> etário	436
17.6.4. <i>Sursis</i> humanitário	436
17.7. Registro e averbação	437
17.8. Perda de eficácia	437
17.9. Fiscalização	438
17.10. Revogação	439
17.10.1. Revogação obrigatória	439
17.10.2. Revogação facultativa	440
17.11. Prorrogação do período de prova	442
17.12. Extinção	443
17.13. Jurisprudência selecionada	443
18. Livramento condicional	447
18.1. Requisitos	448
18.1.1. Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos	449
18.1.2. Cumprimento mínimo da pena	449
18.1.2.1. Livramento condicional simples ou ordinário	449

18.1.2.2. Livramento condicional especial ou qualificado	451
18.1.2.3. Livramento condicional extraordinário	451
18.1.3. A soma das penas como base de cálculo para o livramento	452
18.1.4. Comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho	453
18.1.5. Aptidão para autossustentação	453
18.1.6. Reparação do dano	454
18.1.7. Presunção de não reincidência	455
18.2. Gravidade do crime	456
18.3. Procedimento para a concessão	456
18.4. Condições	460
18.4.1. Obter ocupação lícita	462
18.4.2. Comunicação periódica da ocupação	462
18.4.3. Prévia autorização para mudança de comarca	462
18.4.4. Autorização para mudança de endereço	463
18.4.5. Recolhimento à habitação em hora fixada	463
18.4.6. Proibição de frequentar determinados lugares	463
18.4.7. Outras condições	463
18.5. Acompanhamento	464
18.6. Suspensão	465
18.7. Revogação	466
18.7.1. Revogação obrigatória	467
18.7.2. Revogação facultativa	467
18.7.3. Cálculo da pena após a revogação	468
18.8. Interrupção do prazo	469
18.9. Prorrogação	469

18.10. Cumprimento da pena em livramento condicional	470
18.11. Jurisprudência selecionada	470
19. Monitoramento eletrônico	475
19.1. Possibilidades técnicas.	476
19.2. O monitoramento como pena	477
19.3. Regime fechado e monitoramento	478
19.4. Prisão preventiva e monitoramento	479
19.5. O monitoramento na Lei de Execução Penal	480
19.6. Regulamentação	481
20. Incidentes na execução	485
20.1. Conversões	486
20.1.1. Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	486
20.1.2. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	488
20.1.2.1. Prestação de serviços à comunidade. .	489
20.1.2.2. Limitação de final de semana	490
20.1.2.3. Interdição temporária de direitos. . .	491
20.1.3. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	492
20.1.4. Conversão do tratamento ambulatorial em inter- nação	494
20.1.5. Conversão das penas pecuniárias.	494
20.2. Excesso ou desvio	494
20.3. Anistia.	495
20.4. Indulto.	498
20.5. Graça (indulto individual)	500
20.6. Comutação da pena.	503
20.7. Delação premiada	503

20.8. Remição	508
20.9. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)	508
20.10. Jurisprudência selecionada	509
21. Procedimento judicial	513
21.1. Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal	513
21.2. Código Penal e Lei de Execução Penal	515
21.3. Rito processual	515
21.4. Recursos	517
21.4.1. Agravo em execução	517
21.4.2. Recurso em sentido estrito	520
21.4.3. Carta testemunhável	520
21.4.4. Correição parcial	520
21.4.5. Embargos infringentes	521
21.5. Mandado de segurança	521
21.6. Revisão criminal	521
21.7. <i>Habeas corpus</i>	521
21.8. Jurisprudência selecionada	522
22. Reabilitação	527
22.1. Natureza	527
22.2. Competência	528
22.3. Objeto e alcance	528
22.4. Requisitos	530
22.5. Procedimento	531
22.6. Revogação	533
22.7. Recursos	534
22.8. Jurisprudência selecionada	534
Bibliografia	537